

Bracher: acordo até 15 de janeiro



Bracher e Bresser, ontem, antes da viagem para o México

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Se até 15 de janeiro o governo brasileiro não fechar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), volta tudo "à estaca zero", restando apenas as alternativas de negociações oferecidas pelo Banco Mundial (Bird) e os bancos comerciais, afirmou o assessor especial do Banco Central para assuntos da dívida externa, Fernão Bracher, que embarcou ontem para o México acompanhando a comitiva oficial do presidente José Sarney.

Do México, Bracher e o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, seguirão, no domingo, para Nova York, onde reiniciarão os contatos com as autoridades financeiras. De acordo com o cronograma de Bracher, as negociações entram numa "fase subs-

tantiva" até o dia 20, quando haverá uma pequena pausa para o Natal, sendo reiniciadas imediatamente para completar o ciclo até 15 de janeiro. A expectativa é de um acordo pelo qual o Brasil consiga um novo empréstimo que tanto pode servir para cobrir as necessidades de amortização com o FMI quanto para aumentar as reservas internas. "Vai depender da quantia que o ministro Bresser Pereira julgar conveniente para o País."

Na expectativa de Bracher, o PMDB deve convencer-se da necessidade de converter parte da dívida externa em investimentos, inclusive na participação de empresas estatais, que podem absorver parte desses recursos. A resistência peemedebista, disse, devia-se à interpretação, a seu ver errada, de que as empresas brasileiras seriam desnacionalizadas. A dúvida foi tirada através de uma resolução do banco, que, de

acordo com Bracher, teve três cuidados: primeiro, não permitir que os recursos sejam inflacionários; segundo, não permitir a desnacionalização; e, terceiro, que o instrumento seja usado para permitir a extensão dos prazos da dívida. Segundo ele, é natural que os bancos credores aceitem transformar a dívida em títulos, classificados de "caminhos obrigatórios" para conversão em investimentos.

A conversão torna-se inflacionária se o Banco Central emitir moeda de forma inadequada, garante. A idéia é efetuar conversões periódicas, e a partir daí fazer leilões sobre os valores convertidos.

Bracher reconheceu que a participação de capital estrangeiro nas empresas nacionais é uma questão que deve ser discutida de acordo com a legislação, que pode determinar o capital externo sem direito a voto.

Sérgio Borges